

19

Pesquisa sobre o andamento das despesas referentes aos restos a pagar da União não processados com possibilidade de terem sido cancelados pela STN em 31 de julho de 2012

É surpreendente o resultado da pesquisa que a CNM realizou nos últimos dias sobre os restos a pagar da União do ano de 2010 devidos a municípios, inscritos e não processados que poderiam estar bloqueados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN). Constatou-se que apenas 15,9% das obras e aquisições de equipamentos, nesta situação, não estão iniciadas e medidas e por isso podem estar canceladas pela STN. O volume de recurso correspondente seria de R\$ 99,3 milhões.

Mesmo com uma parte não medida, as despesas já iniciadas pelas prefeituras chegam a 88,7% do total. São 1.793 empenhos direcionados a todo o País que somam o montante de R\$ 487.708.472. Caso estes empenhos estejam cancelados, os prefeitos terão de arcar com toda a despesa das obras, sem contar com o prometido recurso federal depois de ardoroso e oneroso processo burocrático para obter o convênio. Esta possibilidade coloca em risco de descrédito generalizado a política pública federal de interesse local e por essa razão a Confederação Nacional de Municípios realizou este levantamento junto as prefeituras. Foram enviadas a CNM inclusive fotos das obras iniciadas que estão formando cadastro para ser apresentado ao Governo Federal.

A CNM também enviou ofício a STN solicitando a relação de empenhos cancelados para avaliar se não houve desrespeito legal com os municípios brasileiros por inoperância da máquina federal em aferir devidamente a real situação das obras em questão.

Os restos a pagar do ano de 2010 inscritos como não processados e ainda não liquidados que estavam bloqueados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN) aguardando que as unidades gestoras responsáveis providenciassem o desbloqueio das ações que foram iniciadas até 30 de junho, podem estar hoje cancelados. Isso porque a data para desbloqueio foi até 31 de julho. Conforme o Decreto 7.654, de 2011.

Não estão sujeitos a cancelamentos restos a pagar relativos a despesas do Programa de

Aceleração do Crescimento (Pac), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, desde que financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Preocupada com o cancelamento, a CNM promoveu uma ampla pesquisa junto às prefeituras de todo o País para avaliar a real situação dos processos de despesas relativos a estes recursos. Foram avaliados todos os empenhos nesta situação, sendo que não conseguimos pesquisar junto as prefeituras apenas 198 empenhos e 470 empenhos não foram identificados com os dados disponíveis nos SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).

Como retratado na tabela abaixo, a pesquisa identificou que a grande maioria das despesas (73,7%) são relativas à realização de obras nas localidades brasileiras, as quais respondem por 73,8% dos recursos não repassados e inscritos. Processos relativos à aquisição de equipamentos respondem por 0,7% do total e representam 0,3% dos recursos. Já as transferências relativas a despesas de custeio somam 1,1% e correspondem 0,8% do montante analisado.

RAP de 2010 com possibilidade de cancelamento por tipo de despesa

Tipo	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Aquisição de Equipamento	2.652.553	0,3%	18	0,7%
Obra	561.378.782	73,8%	2.004	73,7%
Subtotal (obra + equipamento)	564.031.335	74,2%	2.022	74,3%
Custeio	6.058.441	0,8%	30	1,1%
Não identificado	133.307.327	17,5%	470	17,3%
Não pesquisado	56.860.847	7,5%	198	7,3%
Total geral	760.257.949	100,0%	2.720	100,0%

A CNM também pesquisou o andamento efetivo nos municípios dos processos de despesa relativos a obras e aquisição de equipamentos. Dos empenhos identificados por estes tipos de despesa, 92,2% são referentes a despesas já licitadas e contratadas, que somam a 92,5% dos recursos correspondentes. Veja tabela abaixo.

Obras e aquisições de equipamentos:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Contratada	521.494.251	92,5%	1.864	92,2%
Não contratada	42.537.084	7,5%	158	7,8%
Total	564.031.335	100,0%	2.022	100,0%

Dos R\$ 521,5 milhões já contratados, como vemos na tabela abaixo, 96,2% já tiveram sua

execução iniciada. Este percentual de recursos corresponde a 93,5% dos empenhos nesta situação.

Obras e aquisições de equipamentos contratadas:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Iniciada	487.708.472	93,5%	1.793	96,2%
Não iniciada	33.785.780	6,5%	71	3,8%
Total	521.494.251	100,0%	1.864	100,0%

A Confederação Nacional de Municípios também questionou aos governantes municipais sobre os investimentos já iniciados, constatando que 94,8% já tiveram pelo menos uma medição por parte de um representante do Governo Federal.

Obras e aquisições de equipamentos iniciadas:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Medida	464.689.317	95,3%	1.700	94,8%
Não medida	23.019.154	4,7%	93	5,2%
Total	487.708.472	100,0%	1.793	100,0%

Por fim, 23,5% dos investimentos já iniciados estão conclusos, que correspondem a 13,8% dos processos de despesas iniciados. Veja tabulação abaixo.

Obras e aquisições de equipamentos iniciadas:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Concluída	67.264.668	13,8%	421	23,5%
Não concluída	420.443.803	86,2%	1.372	76,5%
Total	487.708.472	100,0%	1.793	100,0%

Em resumo o que concluímos é que 11,9% dos investimentos inclusos em restos a pagar não processados de 2010 e com cancelamento previsto pelo Decreto 7.654, de 2011, estão fisicamente terminados, bem como 86,5% tratam de ações já iniciadas e quase a totalidade, 92,5%, são ações licitadas e contratadas. Veja quadro resumo abaixo.

Etapas			RAP inscrito	%	
Obra e Aquisição	Contratada 92,5%	Iniciada 86,5%	Concluída	67.264.668	11,9%
			Não concluída	420.443.803	74,5%
			Não iniciada	33.785.780	6,0%
	Não contratada		42.537.084	7,5%	
	Total		564.031.335	100,0%	